

E o governo nessa?

A QUESTÃO DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL FOI COLOCADA COMO PRIORIDADE DO GOVERNO LULA.

Na prática, a boa notícia significa que um grupo de trabalho estudou os projetos que já existem nos ministérios para encaixá-los no plano de enfrentamento. Um exemplo básico: o plano Navegar, do Ministério dos Esportes, que ensina jovens a navegar por rios e mares. “Na nossa visão, **O PROJETO TAMBÉM PODE AJUDAR NA RECONSTRUÇÃO DA AUTO-ESTIMA DE UMA VÍTIMA DE ABUSO** e dá novas perspectivas a ela”, explica Claudia Dias, assessora da Secretaria Nacional de Justiça.

Outra conquista do governo é o Programa Sentinela. Agora, por lei, todo município tem um. O de São Paulo é coordenado por Dalka de Oliveira, que também dirige o Centro de Referência Sedes Sapientiae (que faz mais de 100 atendimentos por semana). “O Sentinela atende casos, volta suas ações só para o combate à violência sexual. É um dos programas que mais deram certo na área.”

CORRENDO POR FORA

Se por um lado as ONGs estão correndo por fora, investindo na capacitação de profissionais das áreas de saúde, segurança e educação para identificar casos de abuso, ainda falta força diante da nossa legislação, que colabora pouco para que os processos cheguem até o fim. **UM JULGAMENTO DESSES PODE DEMORAR ATÉ OITO ANOS E MUITAS VEZES É ABANDONADO PELA FAMÍLIA, JÁ DESGASTADA PELAS SEQÜELAS DO ABUSO.** Algumas ações tímidas e locais começam a mudar esse cenário. O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca) da Bahia incentivou a criação das Varas da Criança e do Adolescente, delegacias especializadas que agilizam muito os processos. “Já temos casos definidos em um ano e meio. Além do advogado, um psicólogo também auxilia a vítima no julgamento e os juízes consideram seu depoimento como prova”, conta a coordenadora da ONG, Hélia Barbosa.



Crianças abusadas sexualmente em casa: aula de computação no orfanato

NÃO EXISTEM NÚMEROS

Esse fenômeno também tem pouca visibilidade pela falta de dados, pois o governo distribui verbas pelas estatísticas mais dramáticas. E nesse caso a questão não são as baixas estatísticas, mas a ausência delas. **“NÃO SABEMOS QUANTOS CASOS DE ABUSO SÃO DENUNCIADOS.** Os números estão espalhados pelas ONGs e delegacias, sem centralização”, atesta Marcelo Newmann, do CRAMI. A solução é apostar em pesquisas de outros países.

No Rio, a Clínica Psicanalítica da Violência também contribui para encurtar o caminho jurídico. **“A IDÉIA É TIRAR OS PROCESSOS DAS VARAS DE FAMÍLIA, ONDE A QUESTÃO DA GUARDA DA VÍTIMA OU UMA BRIGA DOS PAIS COMPLICAM E PROTELAM A DECISÃO”**, explica a advogada Jacy Teixeira. A Clínica é responsável pela formulação dessa proposta, que pode, em breve, virar lei.